

“É mais fácil controlar o déficit dos outros”

por William Salazar
de São Paulo

“É mais fácil controlar o déficit público dos outros do que o seu próprio déficit.” Com sete meses na administração financeira de São Paulo, esta é principal lição que João Sayad tirou de sua experiência como secretário da Fazenda do Estado.

Da mesma forma que os credores externos exigem que o Brasil reduza a uma velocidade inconcebível seu déficit público, enquanto o principal país credor — os EUA — convive com um déficit de US\$ 1 trilhão, o governo federal pretende “arrochar financeiramente” os governos estaduais para controlar o seu próprio déficit, disse Sayad, sexta-feira, no I Encontro Nacional de Executivos Financeiros, em São Paulo. Acrescentou que, tal como o governo federal por pressão de seu déficit estimula altas taxas de juros internas, também o déficit de Washington estimula taxas de juros internacionais altas, que inviabilizam a solução da dívida externa do País.

CAPACIDADE

E, assim como Sayad considera impossível pagar a dívida externa nos

termos em que ela está colocada, São Paulo não pode pagar a sua própria. Ainda mais porque o governo federal impede, há um ano, qualquer renovação dos empréstimos. “Como podemos pagar US\$ 1,5 bilhão de serviço da dívida que vence neste ano — e que, em cruzeiros dá algo como Cr\$ 1 trilhão — quando a receita do Estado é de Cr\$ 2 trilhões?”, indaga o secretário. Os dois grandes pontos de estrangulamento da rolagem da dívida estadual residem na Resolução nº 831 do Banco Central, que limita o crédito bancário para as estatais pagarem sua 63, e a recusa do governo federal em conceder aval do Tesouro à renegociação de débitos externos com os banqueiros estrangeiros, impedindo que os credores concedam novas 4.131.

DESENCAIXE

Também disse que o Estado teve um desencaixe de Cr\$ 20 bilhões, em setembro, para resgatar as ORTP vencidas nesse mês, porque o Banco Central só autorizou — “e com atraso de pelo menos uma semana” — a emissão de Cr\$ 50 milhões de títulos públicos estaduais, quando o Tesouro paulista teve de resgatar Cr\$ 70 bilhões.